

# PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA: O CASO DO FEIJÃO EM ITABERÁ, SP, NO PERÍODO 1968-88<sup>1</sup>

José Sidnei Gonçalves<sup>2</sup>  
Sueli Alves Moreira Souza<sup>3</sup>

## RESUMO

A preocupação básica do presente trabalho é analisar a evolução da produção de alimentos sob a ótica de seus impactos na estrutura fundiária. Pretende-se comprovar que a lógica concentradora é inerente ao processo de desenvolvimento capitalista, independente da cultura e que, na produção de alimentos, a concentração ocorre dentro de padrões semelhantes à da atividade agro-exportadora. A análise dessa questão para o Município de Itaberá, São Paulo, um dos maiores ofertantes de feijão do estado, durante o período 1968-88, época em que se expandiu a produção de feijão, mostra que, de uma situação já de concentração forte a muito forte (Índice de Gini = 0,8451), o processo avança para uma concentração de muito forte a absoluta (índice de Gini = 0,9030). Os excluídos da propriedade passam a trabalhar na indústria ou na área de serviços e os migrantes de outras regiões, especialmente nordestinos, vêm trabalhar no cultivo de feijão.

**Palavras-chaves:** produção de alimentos, concentração fundiária, feijão, Estado de São Paulo.

## FOOD PRODUCTION AND LAND CONCENTRATION: THE CASE OF BEAN IN ITABERÁ-SP IN THE 1968-88 PERIOD

### SUMMARY

The basic concern of this study is to analyse the evolution of food production under the scope of its impact on the land structure. Aiming to prove that the concentration logic is inherent to the capitalist development process, independently of the crop and that in the food production the concentration occurs according to similar patterns of export oriented products. The analysis of this issue was carried on for the municipality of Itaberá, one of the largest suppliers of São Paulo State, in the 1968-88 period, when the bean production expanded. Results show that land concentration, which was classified as strong to very strong levels (Gini Index= 0,8451), becomes stronger to absolute levels (Gini Index= 0,9030). Owners excluded from the propriety become workers for the industry or service sectors and the Northeastern Region migrants to work on bean production.

**Key-words:** food production, land concentration, bean, São Paulo State.

## 1 - INTRODUÇÃO

A expansão vertiginosa da produção de feijão no Sudoeste do Estado de São Paulo, a partir do início da década de 70, teve por caracterizá-la uma

crescente utilização de insumos modernos e maquinaria agrícola. Daí ter sido denominada "produção capitalista de feijão" como se, a anterior, não tivesse sido ensejada sob a égide do capitalismo, mas sim produto da venda de excedente do "autoconsumo" da produção camponesa (ROMÃO, 1981). Entretanto, a evolução do rendimento agrícola, apesar de crescente, não alcançou os níveis esperados, daí terem aparecido análises de ineficiência do sistema de pesquisa agropecuária. Isso indica que a "produção capitalista de feijão" não estaria reproduzindo o dinamismo tecnológico característico desse modo de produção.

<sup>1</sup>Trabalho referente ao projeto 16-041/89 sendo parte integrante do estudo "Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia para produtos Alimentares: O Caso do Feijão em Itaberá-SP", financiado pela Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária (FUNDEPAG). Recebido em 04/01/93. Liberado para publicação em 18/05/93.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>3</sup>Economista, Chefe de Seção Técnica do IEA.

Esses aspectos mostram as várias faces do processo de expansão da produção de feijão, dando origem a inferências gerais que devem ser destacadas pela sua importância:

a) no âmbito regional a expansão da produção de alimentos não alterou a histórica predominância do capital comercial que se fortaleceu no processo, apesar do aparecimento de um grande capital produtivo hegemônico. Isso determina uma dinâmica específica à agricultura regional e um processo social também particular. O engendramento de estímulos à produção de feijão, utilizando os mecanismos de intervenção tradicionais como o crédito subsidiado, longe de atingir beneficentemente a maioria dos agricultores promoveu uma ação elitista, pois os benefícios foram apropriados pelos intermediários do capital comercial tradicional, quando não por uma parcela minoritária formada por grandes agricultores (GONÇALVES & SOUZA, 1993);

b) na questão da tecnologia, a característica da produção de feijão é de uma profunda disparidade. Nesse sentido, a adoção dos resultados da pesquisa agropecuária, por um conjunto reduzido de agricultores não se refletem em rendimentos regionais com taxas substanciais de crescimento. A pesquisa agropecuária, isoladamente, não dá conta de superar esse obstáculo em nível do perfil social deixando clara sua posição de elemento, mesmo que fundamental, de um processo de desenvolvimento. Na falta de outras formas de intervenção, esta mostra-se incapaz de operar transformações decisivas. A tecnologia gerada fica circunscrita apenas a alguns segmentos por não terem sido ensejadas medidas que alavanquem o processo de adoção. Desse modo, a modernização pelo "mercado" se revela excludente (GONÇALVES, 1993b);

c) ainda no tocante ao progresso técnico, tem-se uma clara dificuldade de irradiar em amplitude, técnicas de manejo de solo e algumas práticas fundamentais ao nível da habilidade de condução das culturas. As tecnologias embutidas num insumo, como é o caso do adubo e da semente, são rapidamente disseminadas tendo a ação governamental um certo controle via fornecimento de materiais e normatização de vendas. Essas tecnologias, contudo, não produzem o efeito desejado em nível das expectativas, pela não

adoção de técnicas complementares como: adubação verde, calagem, adubação em cobertura adequada e tratamento fitossanitário correto. Isso ocorre pois a adoção exige um avanço no nível de habilidade, que, só pode ser conseguido, com o resgate de uma prática educativa baseada na assistência técnica aos agricultores. Por vários motivos isso não tem ocorrido na medida do necessário, apesar do esforço de agentes isolados de extensão rural (GONÇALVES, 1993a).

Em relação à concentração fundiária as análises da produção de alimentos no Brasil têm conduzido a duas formulações básicas: a preponderância da pequena produção e a manutenção de uma estrutura tecnológica com rendimentos estagnados ou mesmo cadentes. A idéia da pequena produção vem associada à grande propriedade agro-exportadora. As plantações de cana-de-açúcar e café ocupavam enormes áreas territoriais e a produção de alimentos se cingia às glebas marginais reproduzindo inúmeras unidades de dimensão reduzida (FURTADO, 1969).

Essa característica concentradora de terra da grande agricultura capitalista persistiria no período recente com a expansão das grandes áreas de soja, de laranja e de cana para indústria (GEBARA, 1976). Nesse sentido, o produto enquanto mercadoria principal da agricultura capitalista, definiria um perfil fundiário e um determinado ritmo concentrador dessa estrutura. É evidente que cada cultura define, face à tecnologia empregada e seu destino, uma escala de produção e em consequência disso, uma superfície plantada correlata à otimização do capital fixo. A pergunta que se faz e que o trabalho pretende ajudar a responder, é como se comportaria a estrutura fundiária diante de uma expansão na área de um alimento básico, no caso do feijão? Assim, neste trabalho, em resposta a esta interrogação, procurou-se verificar o impacto da expansão da cultura do feijão conduzida com elevado padrão técnico, sobre a estrutura fundiária e alguns reflexos na dinâmica social local.

## 2 - HIPÓTESES E OBJETIVOS

No contexto da produção de feijão, a hipótese central do trabalho é que o desenvolvimento

capitalista na agricultura reproduz para as culturas alimentares a mesma característica concentradora de terras encontrada nas culturas agro-exportadoras. A concentração fundiária e o progresso técnico, bem como a dinâmica regional, são vicissitudes do modo de produção capitalista e as possíveis distinções de desempenho entre essas culturas estão intrinsecamente determinadas pela forma de capital predominante. Nessa ótica, o capital comercial ao prevalecer na produção de feijão produz um desempenho tecnológico distinto do capital produtivo, representado pela agroindústria e cooperativas, típicos das culturas da laranja, soja e cana para indústria.

Assim, o trabalho tem como objetivo geral estudar, num contexto da produção de alimentos em expansão, os efeitos desse processo em termos de concentração fundiária. Desse modo, tem-se como objetivo específico, descrever o movimento concentrador do capitalismo ao impulsionar a produção de feijão em bases tecnológicas modernas e, dentro desse escopo, pretende-se: a) analisar o impacto da evolução da cultura do feijão sobre a estrutura fundiária; b) identificar o destino das famílias que deixaram a terra e seu padrão de vida atual; c) levantar a origem do contingente de bóias-frias que se formou no período e; d) verificar a origem do novo proprietário.

### 3 - LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

A análise da concentração fundiária baseou-se em informações contidas no cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o Município de Itaberá, um dos maiores ofertantes de feijão do estado, para os anos de 1968, 1978 e 1988, período que abrange a época de expansão da moderna produção regional de feijão. De posse do rol de propriedades, para cada ano, realizou-se um trabalho de eliminação de duplicações somando-se as áreas pertencentes a um mesmo proprietário. Dividiu-se, então, as propriedades em classes de área, num total de oito (as mesmas da tabela 3), contendo em cada classe o número de proprietários e o total de área abrangidos pelas unidades do estrato. Assim, permitiu-se realizar a análise da mudança da estrutura fundiária no tempo,

englobando o período 1968-78, no qual ocorreu a expansão da cultura do feijão e o período 1978-88, quando houve uma estabilização e mesmo recuo dessa cultura alimentar.

A medida da concentração utilizada foi o Índice de Gini, na forma explicitada por HOFFMAN (1967), cuja fórmula é a seguinte:

$$I = \frac{\sum_{i=1}^N (X_i - Y_i) + (X_i - I - Y_i - I) \cdot (X_i - Y_i - I)}{10.000}$$

onde: I é o Índice de Gini,  $X_i$  é a porcentagem do número de estabelecimentos do extrato  $i$  e,  $Y_i$  é a porcentagem da área ocupada pelo estrato  $i$ .

O Índice de Gini é bastante utilizado como medida do nível de desigualdade, sendo que quanto mais próximo da unidade, maior a concentração fundiária e quanto mais próximo de zero, melhor distribuída é a propriedade da terra. Em função de sua construção, o Índice de Gini será sempre uma subestimação do índice de desigualdade real. Em termos de convenção, pode-se classificar o nível de concentração da terra segundo os valores do Índice de Gini, da maneira definida por CAMARA (1949) da seguinte forma:

de 0,000 a 0,100 - concentração nula

de 0,101 a 0,250 - concentração nula a fraca

de 0,251 a 0,500 - concentração fraca a média

de 0,501 a 0,700 - concentração média a forte

de 0,701 a 0,900 - concentração forte a muito forte

de 0,901 a 1,000 - concentração muito forte a absoluta

Para captar os desdobramentos das mudanças da terra, adotou-se o procedimento de comparar as listagens entre si, procurando identificar os ex-proprietários e os novos proprietários. Desses últimos, procurou-se eliminar aqueles que entraram no cadastro como decorrência de herança, dado que a transferência familiar de propriedade não traz elevação na concentração da posse da terra, ao contrário pois as famílias normalmente têm mais de um filho, o que provoca partição das propriedades. A partir disso, foram realizadas entrevistas com todos os ex-proprietários, 452 unidades, procurando saber qual o destino em termos de atividade e o nível de escolaridade da família. Quando não se encontraram as pessoas procuradas essas informações foram conseguidas com parentes. O mesmo procedimento foi executado para todos os novos pro-

prietários. Com base no cadastro de 1988, por entrevista, foram levantados dados de escolaridade das famílias de todos os proprietários de até 100 hectares, (total de 812 unidades). Para completar as informações, utilizou-se do cadastro do serviço social da prefeitura, para conseguir dados da origem dos bóias-frias atuantes na agricultura municipal. As entrevistas foram realizadas durante o ano de 1990, com um questionário simples contendo apenas as perguntas fundamentais.

#### **4 - AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA EM ITABERÁ**

O processo de ocupação do território onde hoje se localiza o Município de Itaberá deu-se no período de decadência da mineração no Estado de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. A extensa crise do mercado interno com progressivo empobrecimento dos agricultores, forçou um movimento migratório interno em busca de alternativas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1957). Como toda a região Sudoeste do Estado de São Paulo, a expansão cafeeira não avançou sobre essa região devido ao clima mais ameno e da possibilidade da ocorrência de geadas que produzem perdas consideráveis à cultura.

Sua colonização deu-se no bojo da procura de outras províncias minerais alternativas à região mineira decadente. Assim, vindos de Minas Gerais, os mineiros Francisco Antonio da Silva, Antonio Joaquim Diniz e João Rodrigues da Silva, seguindo os picadões abertos pelos bandeirantes paulistas, instalaram-se em 1862 nas terras itaberenses, e abriram uma grande fazenda. Ali aportaram também garimpeiros atraídos pelas águas diamantíferas do Rio Verde e pelos indícios de ouro no Rio Lavrinhas, às margens do qual foi erguido um povoado que, em razão das lavras, também recebeu a denominação de Lavrinhas. O povoado pertencia à Intendência de São João Batista do Rio Verde (atual Itaporanga), tendo sido elevado à categoria de Distrito pela Lei n.16, de 19/03/1871. Através da Lei n.62, de 20/04/1873, o Distrito de Lavrinhas foi incorporado à Intendência de Faxina (hoje Itapeva). Pelo Decreto Provincial n.152, de 08/04/1891 foi elevado à categoria de Muni-

cípio de Nossa Senhora da Conceição de Lavrinhas, tendo sido instalado em 25/04/1891. Finalmente pela Lei n.975, de 20/12/1905, recebe a denominação de Município de Itaberá (IBGE, 1957) que, em tupi-guarani quer dizer "pedra que brilha", tendo atualmente 1.007 km<sup>2</sup> (110.700 hectares) de área territorial.

A atividade econômica calcada na mineração de metais preciosos não se mostrou auspiciosa sendo logo abandonada, ficando a agricultura como a atividade econômica principal do Município. Nas primeiras três décadas deste século prevaleceu a pecuária extensiva, tanto para a produção de carne bovina e suína como para a criação de animais de tração destinadas às zonas produtoras carentes de transporte. Ao lado dessa atividade desenvolveu-se a produção de alimentos como o arroz, o feijão e o milho, importantes principalmente para o abastecimento local pois a comercialização a longas distâncias impedia a ampliação da produção para o mercado. A primeira cultura vegetal a apresentar um ciclo de expansão no Município foi o algodão, notadamente após os anos trinta, em função da expansão da indústria têxtil na região de Sorocaba. Nesse período a cotonicultura ocupou largas áreas de terras mais férteis, a oeste do território itaberense, tendo propiciado um fluxo de renda importante para a economia local. Contudo, as condições precárias de transporte funcionaram como elemento isolador da região impedindo um crescimento mais significativo. As plantações de algodão logo foram reduzidas pois a região ribeirão-pretana, servida de infra-estrutura e terras férteis produzia essa fibra com maior competitividade.

A partir da primeira metade dos anos cinquenta houve um crescimento vertiginoso da cultura do trigo, tendo sido realizadas as construções de infraestrutura como moinhos de trigo, tendo em vista o interesse governamental em garantir a auto-suficiência desse cereal e as condições climáticas propícias. A política tritícola veio ensejada da formação de cooperativas de triticultores e em apoio à implantação de uma produção moderna. No final da década de 50, o Município de Itaberá era conhecido como a "capital do trigo". No entanto, ataques incessantes de "ferrugem", doença que produz reduções drásticas de rendimento, fizeram a cultura refluir chegando mesmo a ser extinta.

No início da década de 70, uma nova cultura alimentar teve um ciclo expansivo: o feijão. O cres-

cimento da área plantada foi significativo, saltando de um patamar de 4.000 hectares anuais do período 1964/66 para 6.000 hectares em 1969/71, tendo, a partir daí, um ritmo intenso de elevação para atingir o nível de 44.000 hectares entre 1981/82. A partir da década de 80, em concomitância com a crise nacional que se arrasta desde então, o ciclo do feijão itaberense começa a refluir e entrar em decadência, recuando para uma área cultivada de 25.000 hectares em 1990 (Tabela 1).

Apesar desse processo de descenso da área o feijão é ainda a principal cultura municipal em valor adicionado e base da renda das famílias de um universo significativo de pessoas. A produção de feijão na agricultura itaberense não apresentou expansão simplesmente pela elevada incorporação de área mas também por um dinamismo tecnológico que redundou num rendimento agrícola crescente. Tendo girado em torno de 500 kg/ha entre 1964-71 a produtividade da terra no cultivo do feijão alcançou o patamar dos 600 kg/ha no período 1972-77, elevando-se para mais de 760 kg/ha entre 1978-83 e, finalmente, atingindo mais de 800 kg/ha nos anos mais recentes. Dois aspectos devem ser destacados na explicação dessa tendência do rendimento agrícola. O primeiro é o impacto positivo do cultivar Carioca, lançado pelo Instituto Agrônomo em 1969, e que foi crescentemente adotado por agricultores itaberaenses ao longo da década de 70. O segundo aspecto, verifica-se na década de 80, quando a área agricultada com feijão recua e o rendimento continua subindo. Esse comportamento é fruto de que as faixas de agricultores com menor rendimento são as que em maior número deixam de produzir feijão, notadamente as propriedades médias (de 100 a 500 hectares) que reverteram suas áreas para pastagens. Por outro lado, houve avanço da produção de agricultores mais modernos e assim a média ponderada dos rendimentos se elevou entre 1984-90 para níveis maiores que 800 kg/ha.

Outro ângulo de visualização da dinâmica do ciclo do feijão na agricultura itaberense, é a evolução do perfil de utilização das terras. Em 1970 as pastagens ocupavam mais da metade da área total (51,5%), sendo que as lavouras temporárias vinham em seguida (21,8%), dentre as quais o milho era a mais importante (16,4%). Em 1975, a área ocupada com pastagens recuou para 43,6% com o feijão avan-

çando na sua participação. Essa tendência persistiu até 1980 com lavouras temporárias evoluindo para 38,6%, com recuo das pastagens para 36,1% sendo que o feijão assumiu a posição de principal cultura anual (21,5%) suplantando o milho (13,1%). Em 1985 esse desempenho se reverteu, com as lavouras temporárias decrescendo sua participação para 35,3% e as pastagens retomando o crescimento (41,1%). Além disso, o milho recuperou sua primazia em área dentro das culturas temporárias (17,4%) suplantando o feijão (15,4%). O movimento da agricultura itaberense é caracterizado por um comportamento oposto das lavouras temporárias e das pastagens, numa clara demonstração de substituição entre essas atividades e por uma participação estável das matas e florestas (em torno de 14%) além do recuo persistente das terras inaproveitadas (12,1% para 9,7%) (Tabela 2).

Nas culturas temporárias, o feijão e o milho disputam a posição de principal cultura em termos de área cultivada. No entanto, outras transformações importantes são notadas como a ocorrida nas pastagens, onde os pastos naturais recuaram em contrapartida com o avanço dos pastos artificiais. Isso mostra uma face da modernização da pecuária local. Com a introdução de material genético superior e pastagens mais produtivas formadas predominantemente de braquiárias (**Brachiaria sp**). Também entre matas e florestas, as artificiais avançam em contrapartida com o recuo das naturais, fruto do avanço do complexo industrial de papel e celulose.

As mudanças da agricultura itaberaense, contudo, não levaram à constituição de grandes conglomerados do capital produtivo, com a presença da agroindústria ou de cooperativas de porte avantajado, que exercessem um domínio sobre a produção local. No contexto das transformações, manteve-se incólume a hegemonia do capital comercial que sofreu um processo de concentração formando não só oligopsônios na venda de insumos e máquinas como também oligopólios para a compra de feijão e milho, principalmente. Em sua forma típica de atuação, o capital comercial predomina, não inserindo-se endogenamente ao processo produtivo mas apropriando renda no processo de comercialização, dentro de sua lógica tradicional de comprar barato e vender caro. A agricultura local tem, portanto, a

TABELA 1 - Evolução da Cultura do Feijão<sup>1</sup>, Município de Itaberá, São Paulo, 1964-90

Ano	Safrá das águas			Safrá das secas			Total		
	Área	Produção	Rendimento	Área	Produção	Rendimento	Área	Produção	Rendimento
1964	1.936	929	480	2.420	1.258	520	4.356	2.187	502
1965	1.500	900	600	2.120	1.230	580	3.620	2.130	588
1966	1.800	1.080	600	2.100	1.243	592	3.900	2.323	596
1967	3.600	1.728	480	1.600	752	470	5.200	2.480	476
1968	3.600	2.160	600	1.900	988	520	5.500	3.148	572
1969	2.904	1.452	500	3.000	1.740	580	5.904	3.192	541
1970	2.420	968	400	3.630	1.786	492	6.050	2.754	455
1971	3.500	1.680	480	2.420	1.171	484	5.920	2.851	482
1972	5.000	3.280	656	3.630	2.519	694	8.630	5.799	672
1973	4.000	1.920	480	4.100	2.813	686	8.100	4.733	584
1974	7.000	3.780	540	5.000	3.380	676	12.000	7.160	597
1975	8.000	4.398	550	6.000	3.864	644	14.000	8.262	590
1976	12.000	8.040	670	7.000	4.690	670	19.000	12.730	670
1977	16.000	10.400	650	14.000	9.688	692	30.000	20.088	670
1978	16.000	13.200	725	18.000	12.672	704	34.000	25.872	761
1979	20.000	15.800	790	208.000	15.642	752	40.800	31.442	771
1980	22.000	15.700	785	22.000	17.468	794	42.000	32.168	766
1981	22.000	16.940	770	22.100	17.503	792	44.100	34.493	781
1982	20.000	16.720	760	22.300	16.859	756	44.300	33.579	758
1983	19.000	14.800	740	21.300	16.891	793	41.300	31.691	767
1984	19.000	15.466	814	19.000	15.656	824	38.000	31.122	819
1985	18.000	15.580	820	18.700	15.484	828	37.700	31.064	824
1986	19.000	15.300	850	19.200	15.763	821	37.200	31.063	835
1987	15.000	15.380	810	17.300	15.120	874	36.300	30.500	840
1988	14.000	11.700	780	15.600	13.650	875	30.600	23.350	828
1989	14.000	11.396	814	12.000	10.296	858	26.000	21.692	834
1990	14.000	11.480	820	11.000	9.537	867	25.000	21.017	841

<sup>1</sup>Área em hectare, produção em tonelada, rendimento em kg/ha.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, dados subjetivos não publicados.

TABELA 2 - Evolução da Utilização das Terras no Município de Itaberá, São Paulo, 1970-85  
(em hectare)

Item	1970		1975		1980		1985	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)
Lavouras temporárias	20.701	21,8	25.492	26,9	35.907	38,6	33.231 <sup>1</sup>	35,3
Feijão	4.112	4,3	10.209	10,8	17.973	21,5	16.360 <sup>1</sup>	17,4
Milho	15.524	16,4	12.797	13,5	12.193	13,1	14.531 <sup>1</sup>	15,4
Outras	1.065	1,1	2.486 <sup>1</sup>	2,6	3.741	4,0	2.340 <sup>1</sup>	2,5
Lavouras permanentes	906	1,0	1.368	1,4	867	0,9	806 <sup>1</sup>	0,9
Pastagens	48.842	51,5	41.282	43,6	33.619	36,1	38.778 <sup>1</sup>	41,1
Naturais	29.421	31,0	19.498	20,7	9.708	10,4	7.111 <sup>1</sup>	7,5
Artificiais	19.421	20,5	21.784	22,9	23.911	25,7	31.667 <sup>1</sup>	33,6
Matas e florestas	12.956	13,6	13.847	14,6	13.160 <sup>1</sup>	14,1	12.282 <sup>1</sup>	13,0
Naturais	9.505	10,0	7.534	7,9	7.254 <sup>1</sup>	7,8	6.595 <sup>1</sup>	7,0
Artificiais	3.451	3,6	6.313	6,7	5.906 <sup>1</sup>	6,3	5.687 <sup>1</sup>	6,0
Terras inaproveitadas <sup>2</sup>	11.507	12,1	12.848	13,5	9.521	10,2	9.137 <sup>1</sup>	9,7
Total	94.912	100,00	94.837 <sup>1</sup>	100,00	93.071 <sup>1</sup>	100,00	94.234 <sup>1</sup>	100,00

<sup>1</sup>Dados corrigidos em função da desproporção da área apresentada no censo.

<sup>2</sup>Notadamente várzeas e campos e parcelas importantes que correspondem a piquetes e terreiros das propriedades.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) - Censos Agropecuários.

persistência desse condicionante ao processo de desenvolvimento.

#### 4.1 - A Metamorfose da Posse da Terra

O Município de Itaberá já apresentava uma estrutura de posse da terra extremamente concentrada em 1968. Verificando as informações para esse ano, nota-se que as propriedades maiores que 500 hectares (3,3% do número total) ocupavam 46,7% das terras.

Nos estratos inferiores, as propriedades menores que 100 hectares (79,8% do total) detinham 22% das terras (Tabela 3). Isso decorre de um processo de ocupação fundiária que se deu com base no estatuto das sesmarias, no século passado, no qual estruturou-se a grande propriedade. Além disso, a agricultura local sempre se manteve extensiva, em termos de uso da terra, durante todo o presente século tendo passado ao largo do dinamismo da economia paulista do ponto de vista que não se instalaram nessas paragens as culturas mais importantes da agricultura estadual: o café,

a cana para a indústria e a citricultura. Manteve, portanto, incólume às transformações mais drásticas, sua estrutura produtiva, calcando suas atividades na pecuária extensiva e na produção de alimentos.

A construção de rodovias só se deu no final da década de 70 em função do enorme avanço da cultura do feijão. A expansão do feijão, contudo, se deu sobre uma estrutura agrária já previamente concentrada e, apesar de ser uma cultura onde o plantio em grandes extensões seja inadequado, face à imensa utilização da mão-de-obra na colheita manual, o processo de concentração não foi revertido. Pelo contrário, paulatinamente, foi sendo acirrada a desigualdade da posse da terra. Em 1978 as propriedades maiores que 500 hectares (3,6% do número total) ocupavam 47,3% das terras, num avanço pequeno mas persistente em relação a dez anos passados. Por outro lado, as propriedades menores que 100 hectares (80,2% do total) detinham 21,7% das terras (Tabela 3). Trata-se do período em que a plantação de feijão mais avançou e se modernizou, em razão do crédito rural com juros reais negativos, utilizado como principal instrumento de política agrícola governamental, no ensejo de modernizar a agricultura.

A década de 80 marca a realização da atividade agrícola sem as benesses do crédito subsidiado. Outro movimento que ocorreu, é uma estagnação da expansão da cultura do feijão chegando a perder área no final do período quando se deu a pecuarização das terras de lavouras anuais. A estrutura agrária manteve sua tendência lenta mais persistente de concentração da posse da terra. Em 1988, as propriedades com mais de 500 hectares (3,8% do número total) ocupavam 47,5% das terras continuando a expansão territorial da grande propriedade. Por outro lado, as propriedades com tamanho inferior a 100 hectares que eram 80,7% em número, detinham apenas 21% das terras. A expansão de uma cultura alimentar no Município de Itaberá mostra, portanto, uma tendência à concentração da posse da terra semelhante à engendrada por culturas como a cana para indústria. As propriedades menores, cresceram em termos de número relativo, ao mesmo tempo que proporcionalmente ocuparam menor volume de terras enquanto que as grandes propriedades avançaram em número e extensão de terras em todo período 1968-

88. É fundamental ressaltar que a expansão do feijão já partiu de uma situação de terra concentrada e acirrou esse movimento de forma lenta e persistente.

Outra forma de perceber a expansão desse movimento de concentração é analisar o desempenho da área média e do Índice de Gini. No período 1968-78 todos os estratos tiveram área média crescente, o que demonstra que, em plena expansão do feijão, verificou-se um movimento de avanço das áreas das propriedades. Na fase seguinte, 1978-88, também ocorreu um crescimento da área média em todos os estratos à exceção das propriedades de tamanho médio, entre 10 e 100 hectares que mostraram um decréscimo da área média (Tabela 4). Consultando-se o cadastro, nota-se que a explicação está na venda de parte da propriedade ou de uma das glebas distintas quando o proprietário detinha a posse de duas ou mais, para fazer frente ao endividamento bancário conforme se constatou no levantamento de campo.

A concentração da propriedade da terra no Município de Itaberá no período 1968-88 é inequívoca não só em razão do crescimento persistente da área média global como também porque tem-se índices de Gini crescentes no período, saltando de um patamar já alto de 0,8451 em 1968 para 0,8672 em 1978, atingindo finalmente 0,9030 em 1988. Todos os índices demonstram uma concentração que aumenta. Fica patente, portanto, a ocorrência de um movimento de concentração da terra na expansão da produção de feijão, uma cultura alimentar de larga utilização na sociedade brasileira, principalmente pela população de baixa renda. Assim, é preciso romper com a associação que às vezes transparece na análise da questão fundiária em que se argumenta que a concentração da terra está ligada às culturas que têm seus preços formados no mercado internacional. A lógica concentradora é parte da dinâmica da expansão capitalista no campo, não se restringindo a culturas mas a uma característica intrínseca do padrão de acumulação de capital calcado na expansão da grande empresa.

#### **4.2 - As Razões e o Destino dos "Excluídos" do Campo**

As razões que levaram à venda da proprie-



TABELA 3 - Evolução da Estrutura Agrária do Município de Itaberá, São Paulo, 1968-1988

Classe (ha)	1968			
	Propriedade (n.)	%	Área (ha)	%
Até 5	71	7,8	232,10	0,2
5 a 10	90	7,7	642,20	0,5
10 a 50	543	46,6	14.330,40	10,5
100 a 200	115	9,8	15.546,90	11,4
200 a 500	83	7,1	27.201,60	19,9
500 a 1.000	21	1,8	13.932,90	10,2
mais de 1.000	18	1,5	49.822,10	36,5
<b>Total</b>	<b>1.168</b>	<b>100,0</b>	<b>136.386,30</b>	<b>100,0</b>

  

Classe (ha)	1978			
	Propriedade (n.)	%	Área (ha)	%
Até 5	75	7,2	243,30	0,2
5 a 10	81	7,7	643,30	0,5
10 a 50	506	48,3	13.465,40	9,8
100 a 200	96	9,2	15.435,20	11,3
200 a 500	73	7,0	27.008,80	19,7
500 a 1.000	20	1,9	14.088,20	10,3
mais de 1.000	18	1,7	50.654,60	37,0
<b>Total</b>	<b>1.047</b>	<b>100,0</b>	<b>136.984,90</b>	<b>100,0</b>

  

Classe (ha)	1988			
	Propriedade (n.)	%	Área (ha)	%
Até 5	68	6,8	233,80	0,2
5 a 10	72	7,1	623,80	0,5
10 a 50	496	49,3	12.943,00	9,4
100 a 200	95	9,4	16.063,70	11,7
200 a 500	62	6,2	27.307,00	19,9
500 a 1.000	20	2,0	14.317,00	10,4
mais de 1.000	18	1,8	50.962,70	37,1
<b>Total</b>	<b>1.007</b>	<b>100,0</b>	<b>137.379,7</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados básicos do Cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

TABELA 4 - Evolução da Área Média dos Estratos e do Índice de Gini, Município de Itaberá, São Paulo, 1968 a 1988

Classe	(em hectare)		
	1968	1978	1988
até 5	2,55	3,24	3,44
5 a 10	7,14	7,95	8,66
10 a 50	26,39	26,61	26,09
50 a 100	70,91	86,77	84,82
100 a 200	135,19	160,78	169,09
200 a 500	327,73	369,98	440,44
500 a 1.000	663,47	704,41	715,85
mais de 1.000	2.767,89	2.814,14	2.831,26
Global	116,77	130,84	136,42
Índice de Gini	0,8451	0,8672	0,9030

Fonte: Dados básicos do Cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

dade variam de acordo com o tamanho de propriedade. Para as propriedades com até 100 hectares tem-se uma clara concentração no prejuízo nos itens: prejuízo com a lavoura e/ou maior oportunidade em outra atividade. Essas duas respostas foram dadas por, respectivamente, 82% e 92% dos ex-proprietários. Os estratos médios, de 100 a 500 hectares, têm ex-proprietários com justificativas para a venda da propriedade bastante difusas, com a preponderância para a maior oportunidade em outras atividades (38%) seguida de desmobilização de ativos (35%) e prejuízo com a lavoura (33%). Já nas grandes propriedades, maiores que 500 hectares, o motivo principal foi o de desmobilização de ativos (84%) (Tabela 5).

A análise dos dados no seu conjunto mostra que à medida em que cresce o tamanho da propriedade diminuem os motivos: prejuízo com a lavoura e maior oportunidade em outras atividades, como razão de venda das propriedades. Nota-se assim, claramente, uma tendência das menores propriedades apresentarem resultados econômicos pouco satisfató-

rios, pois quanto menor for o tamanho da área ocupada menores são as condições de garantir uma qualidade de vida satisfatória para a família, comparável à observada na sociedade local. Daí, certamente a estreita correlação entre o prejuízo e a busca de alternativa como elemento explicativo das vendas. Tendência oposta é verificada para o item desmobilização de ativos que avança significativamente com o tamanho da propriedade, o que também vem demonstrar a presença de razões especulativas nos negócios com terra, notadamente nas médias e grandes propriedades.

Outro ângulo dessas mudanças é o destino dos ex-proprietários pois o processo de expansão da cultura do feijão não se deu no vazio mas em plena constituição de uma ampla estrutura de serviços no município, especialmente a rede bancária e de autopeças e mecânica para fazer frente ao processo de mecanização da produção. Dos ex-proprietários de até 100 hectares, incluindo seus familiares, estes entendidos como filhos, cerca de 30% trabalham no setor de serviços notadamente no setor público,

TABELA 5 - Principais Razões que Levaram à Venda da Propriedade, Município de Itaberá, São Paulo, 1990<sup>1</sup>  
(em porcentagem)

Item	Propriedades de até	Propriedades de 100 a	Propriedades maiores de 500
	100 hectares	500 hectares	hectares
Prejuízo com a lavoura	82	33	16
Maior oportunidade em outra atividade	92	38	19
Desmobilização de ativos (outros investimentos)	6	35	84
Brigas em família	2	19	3

<sup>1</sup>Um ex-proprietário pode levantar mais de uma razão.

Fonte: Dados da pesquisa.

bancário e de mecânica, 16% são empresários comerciais tendo bares, restaurantes ou empórios e mini-mercados, 14% são operários na indústria, 13% são comerciários, 11% são empresários agrícolas em outros municípios ou regiões e 10% são trabalhadores rurais, principalmente tratoristas (Tabela 6).

A proletarianização representa o destino de 73% dos ex-proprietários de até 100 hectares sendo o setor de serviços aquele que mais recebeu egressos do campo. Esse fato vem ao encontro à concepção geral que se tem do processo de urbanização, na qual a agricultura libera mão-de-obra que se realoca em outros setores da economia. Isso quando o processo não se dá pela industrialização da agricultura gerando emprego no complexo produtivo, mas pelo avanço nas transformações, calcada apenas no avanço comercial de venda de insumos e máquinas e do setor de serviços. Na década de 80, houve uma transferência maciça de agricultores para o meio urbano, certamente com a finalidade de obter os benefícios da residência na cidade para seus familiares, apesar de permanecerem na atividade rural. Contudo, essa ocorrência é prevalente para as médias e grandes propriedades, ficando restrita para as menores propriedades.

Os ex-proprietários e familiares de médias e grandes áreas, têm um destino proporcionalmente diferente, uma vez que dos 47% que não se proletarianizaram 31% montaram empresas comerciais e 16% se tornaram agricultores em outras regiões com áreas de terra mais avantajadas. Dos 53% que se proletarianizaram, a maioria se empregou no setor de serviços (19%), onde também os serviços bancários e o serviço público se destacaram, 15% se empregaram no comércio e, os demais em empregos na indústria (7%) e na construção civil (7%), além do trabalho agrícola (5%). A diferença de montante de capital auferido com a venda das terras promove uma substancial definição das oportunidades urbanas para ex-proprietários e familiares uma vez que os mais abastados tiveram melhores condições nas novas atividades.

Uma informação importante é aquela que define a origem dos trabalhadores rurais "bóias-frias" do Município de Itaberá. A partir do processo intenso de urbanização que ocorreu paralelamente à expansão da cultura do feijão constituiu-se um aglomerado periférico onde vivem contingentes de trabalhadores em situação de sobrevivência difícil. Contrastando com uma atuação na produção de

TABELA 6 - Destino dos Ex-proprietários e Família, Município de Itaberá, São Paulo, 1990  
(em porcentagem)

Item	Propriedade de até 100 hectares	Propriedade maior de 100 hectares
Empresário comercial	16	31
Empregado no comércio	13	15
Empregado no setor de serviços	30	19
Empresário agrícola	11	16
Operário industrial	14	7
Operário da construção civil	6	7
Trabalhador agrícola	10	5
Total	100	100

Fonte: Dados da pesquisa.

alimentos esses trabalhadores não têm acesso a uma alimentação mínima que garanta uma condição nutricional razoável. O processo de concentração da terra pode dar idéia de que esse grupo seria formado de ex-proprietários do próprio Município, no entanto isso não ocorre. Os "bóias-frias" constituem-se preponderantemente de nordestinos (52%), personagens praticamente inexistentes no local anteriormente à década de 70. A seguir vêm os mineiros (16%) em sua grande maioria oriundos do nordeste mineiro (Alto Vale do Jequitinhonha), os paranaenses (9%) e os catarinenses (8%). Por último é que aparecem ex-agricultores do próprio município (7%), que representam uma parcela claramente minoritária (Tabela 7).

Cabe ressaltar que apesar de não serem oriundos da agricultura local, praticamente a totalidade dos "bóias-frias" é formada por ex-agricultores de suas regiões de origem, notadamente, os mineiros e nordestinos. Uma característica importante desses grupos é que algumas famílias detêm a posse da terra em seus locais de origem e preferem a vida dura de trabalho a que estão submetidas a voltarem para suas propriedades. Outra constatação é que já existe um segmento ponderável de "bóias-

frias" reproduzido como tal, isto é, são filhos de nordestinos, mineiros e outros imigrantes que vieram trabalhar como "bóias-frias" e, portanto, já nasceram num ambiente descolado da propriedade rural e, desde adolescentes, já partem para o trabalho duro na lavoura sem terem tido acesso à educação formal.

A questão da educação formal também reflete uma clara diferença de oportunidades na sociedade local. Uma interessante comparação é entre familiares de ex-proprietários de até 100 hectares com familiares de proprietários da mesma faixa de área. Enquanto que os ex-proprietários tiveram 66% dos familiares atingindo o curso colegial, no bloco de proprietários houve apenas 17% com acesso a esse estágio educacional. Dos ex-proprietários apenas 11% ficaram no antigo primário e dos proprietários 53% se restringiram a esse nível, numa clara mostra de quão restrito é o acesso à educação para esse segmento de produtores (Tabela 8).

#### 4.3 - As Origens dos Novos "Senhores de Terra"

Outro aspecto relevante diz respeito à

TABELA 7 - Origem dos Trabalhadores Rurais "Bóias-Frias", Município de Itaberá, São Paulo, 1990

Item	Porcentagem
Nordeste brasileiro	52
Catarinenses	6
Paranaenses	9
Mineiros	16
Paulistas de outras regiões	4
Outros municípios da região sudoeste	4
Agricultores do município	7
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 8 - Acesso à Educação Formal por Membros das Famílias Maiores de 25 anos, Município de Itaberá, São Paulo, 1990

Item	Ex-proprietários de até 100 hectares		Proprietários de até 100 hectares	
	% simples	% acumulada	% simples	% acumulada
Primário incompleto	5	5	22	22
Primário completo	6	11	31	53
Ginásio incompleto	9	20	16	69
Ginásio completo	10	30	13	82
Colegial incompleto	25	55	10	92
Colegial completo	41	96	7	99
Nível universitário	4	100	1	100
Total	100	-	100	-

Fonte: Dados da pesquisa.

município, no período 1968-88. Nas propriedades de até 100 hectares, os novos proprietários são preponderantemente empresários comerciais (36%) que empregam capital em terras, face sua atratividade como ativo, o caso semelhante dos empresários industriais (32%) e dos profissionais liberais, notadamente médicos, engenheiros e advogados (24%). Apenas uma parcela minoritária é formada por agricultores de outros municípios (8%) (Tabela 9). Isso demonstra uma transformação crescente na base social de proprietários de terra com uma maior interpenetração entre os segmentos sociais.

As propriedades de mais de 100 hectares, têm no capital industrial a preponderância de novos proprietários (48% do total), o mesmo ocorrendo nas de mais de 500 hectares (100%). A seguir tem-se a seguinte composição para o caso das propriedades médias: agricultores de outras regiões e municípios (20%), empresários comerciais (16%) e profissionais liberais (16%) (Tabela 9).

Deve ser destacado que no conjunto dos agricultores de outras regiões e municípios tem-se uma característica importante, uma vez que a maioria desses são agricultores de origem holandesa fortemente organizados em cooperativas e produzindo com elevado nível de produtividade em terras ocupadas a leste do município de Itaberá. Paralelamente a esse contingente há um relevante núcleo de "batateiros", agricultores que plantavam batata na forma de arrendamento rotativo de área plantada, face à grande exposição da cultura a doenças e que adquiriram propriedades no município.

No conjunto dos novos proprietários nota-se um claro movimento para a penetração de outras formas de capital na atividade produtiva agrícola. O capital até empresas ligadas à produção de bens de consumo duráveis que investiram em terra, certamente, buscando sua valorização como ativo. As fazendas desses grupos notadamente, de zebuínos da raça nelore com apurado perfil genético e, nelas, praticamente inexistente a lavoura. A mão-de-obra é predominantemente assalariada e as atividades são conduzidas dentro de uma perspectiva de tecnologia avançada de conservação do solo, uma vez que as pastagens na sua quase totalidade, são estabelecidas com a adoção de cordões de contenção ou curva de nível e as pastagens naturais foram

substituídas por artificiais.

Dentro do capital industrial, um segmento de novos proprietários se destaca, é o associado à indústria de papel e celulose. Essas empresas passaram a explorar grandes extensões de terras de campo, aproximadamente 17.000 hectares na faixa noroeste do município onde implantaram extensas plantações de pinus na metade da década de 70, aproveitando a política de incentivos fiscais do Governo Federal. A exploração dessas áreas começou a ser efetivada no final de década de 80, o que fez surgir unidades de processamento de madeira e, até mesmo, indústrias de móveis sendo que, no entanto, o município é um mero exportador dessa matéria-prima para outras regiões processadoras. A indústria de papel e celulose é a única agroindústria regional mas sua característica peculiar não implementa maior dinamismo ao processo produtivo pois é praticada em grandes áreas e quase perfeitamente verticalizada.

Outro segmento que tem impacto importante na agricultura local é a entrada do capital comercial na propriedade da terra. Grande parcela desse grupo é formada por intermediários da comercialização de feijão que compram terras para aplicar o capital acumulado. O que é interessante é que a maioria dos intermediários quando passa a deter a propriedade da terra tem na pecuária uma das atividades básicas e essa não é uma pecuária apurada como das fazendas dos capitalistas industriais, mas um gado misto, tratado com pastagens de qualidade sofrível. A lógica do capitalista comercial na atividade agropecuária permanece a mesma, obter a mercadoria ao menor custo possível para ganhar um diferencial significativo na venda. Assim, o comprar barato para vender caro se traduz no produzir barato para vender a preços maiores. A questão é que a busca da minimização dos custos não segue a trilha da tecnologia mas sim a do corte linear dos gastos. Dessa forma, enquanto os novos proprietários de origem industrial alavancam a tecnologia, os provenientes do capital comercial seguem caminho inverso, não valorizando o progresso técnico.

Desse modo, as transformações na estrutura fundiária não se resumem a uma concentração da propriedade que ocorreu de forma lenta e persistente. Esse movimento esconde uma modificação no perfil de proprietários que se alterou com a introdução de elementos ligados ao capital industrial e comercial,

TABELA 9 - Origem dos Novos Proprietários, Município de Itaberá, São Paulo, 1990  
(em porcentagem)

Item	Pequena propriedade (até 100 ha)	Média propriedade (100 a 500 ha)	Grande Propriedade (maior que 500 ha)
Empresário comercial	36	16	-
Empresário industrial	32	48	100
Profissional liberal	24	16	-
Agricultor em outras regiões e municípios	8	20	-
Total	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa.

levando a uma situação crescente de entrelaçamento dos detentores de capital. Outro ponto é que os ex-proprietários de áreas menores de 100 hectares tiveram maior acesso à educação que aqueles do mesmo estrato que ficaram no campo ao mesmo tempo que nessa faixa a proletarização ocorreu de forma mais significativa. As mudanças no corpo da sociedade transcendem à mera ligação com a terra mas com impacto na dinâmica da participação dos vários segmentos no processo social.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura sob o capitalismo traz intrínseca a lógica concentradora de terra como decorrência do processo concentrador do capital em geral. Por esse movimento, no avanço da acumulação capitalista forjam-se as grandes empresas que, na agricultura, são representadas pelas extensas fazendas. A despeito de que cada cultura exija um dado patamar de área agrícola para otimizar uma determinada estrutura particular de capital fixo, a tendência histórica é que, qualquer que seja essa atividade, esse nível de exigência territorial é crescente.

A cana, para indústria por exemplo, tem uma dada estrutura tecnológica por ser um produto que tem se caracterizado por associar-se às grandes propriedades. A implementação de um ritmo intenso

de absorção de propriedades menores pelas maiores formam gigantescas unidades produtivas agrícolas. As culturas alimentares, embora não em níveis tão intensos, não estão imunes a essa lógica concentradora da acumulação capitalista que é, ao mesmo tempo, um processo de exclusão social.

A produção de feijão em Itaberá, Estado de São Paulo, demonstra essa perspectiva pois, tendo já partido de uma estrutura fundiária extremamente concentrada essa tendência se acentua num processo contínuo de aumento dos tamanhos de propriedade com maior apropriação de terras pelas maiores unidades. Saliente-se que a região Sudoeste do Estado de São Paulo sempre caracterizou-se pela expressiva participação de culturas alimentares na sua agricultura e, nem por isso, tem um perfil fundiário menos concentrado. Pelo contrário, as sesmarias que se conformaram com as primeiras divisões das terras regionais mantiveram um domínio concentrado no tempo ao passarem incólumes à dinâmica do desenvolvimento econômico, tendo as subdivisões sido afetadas a apropriações familiares de heranças na sua maioria.

Assim, antes mesmo do avanço da cultura do feijão, na década de 60, os níveis de concentração da posse da terra eram extremamente expressivos (Índice de Gini = 0,8451 em 1968). A expansão do feijão enquanto cultura com padrões técnicos modernos promoveu a elevação desses índices aumentando

ainda mais a concentração da riqueza (Índice de Gini= 0,9030 em 1988). Diferentemente contudo de culturas onde esse dinamismo decorre da presença marcante do grande capital produtivo, no caso do feijão esse movimento se realiza sob a égide do capital comercial, representado pelas estruturas de intermediação. O progresso tecnológico é solidário com esse processo ao propiciar maior poderio produtivo às maiores plantações que sistematicamente apresentam desempenhos produtivos melhores. A expressão ainda minoritária desse padrão produtivo funciona como um chancelamento da possibilidade de persistência de propriedades menores, sendo intensos os processos de arrendamento de áreas adicionais por inúmeros produtores que possuem áreas insuficientes à plena utilização de seu capital fixo.

A conformação geográfica é outra dificuldade à generalização de grandes fazendas, tanto o é que as existentes ocupam principalmente as faixas leste e norte do município e quando ocorrem em outras faixas estão situadas, inexoravelmente, em longas superfícies planas. Aí tem-se as extensas plantações de pinus em área de cerrado, solos pouco férteis que passaram a ser utilizados com reflorestamento na fase de incentivos fiscais da década de 70 em diante. As enormes áreas de pecuária se assentam nessas terras, sendo que também aí, se localizam as grandes plantações de feijão em razão de que a mecanização é facilitada permitindo um rendimento superior da maquinaria e uma utilização melhor do capital fixo.

As pequenas propriedades aparecem nas zonas de "grotas", parcela mais recortada do relevo característico da parte leste do município onde a generalização de grandes plantações em áreas contíguas se mostra impossível. Assim, nessa zona, tem-se na sucessão de pequenas glebas o modo predominante de cultivar o feijão, sendo a pecuária utilizada nas partes mais declivosas das propriedades. Essa seleção de tipo de relevo entre as grandes e pequenas propriedades forjada historicamente como produto da adequação do padrão técnico da mecanização, tem poucas exceções nomeadamente relacionadas a áreas pequenas de famílias antigas incrustadas no meio de algumas grandes fazendas, sendo, no entanto, nítida,

nas principais áreas de produção do município.

O processo de expansão das grandes propriedades na década de 70, apesar de liberar enormes contingentes de pessoas para o meio urbano, teve como amortecedor o fato de que se formava a estrutura local de serviços como a rede bancária e o comércio. Também inúmeras famílias foram para outras centros urbanos trabalhar principalmente no setor de serviços e na indústria. Daí o fato da produção de feijão municipal avançar principalmente com a utilização de mão-de-obra imigrante majoritariamente nordestina. A rotação entre os trabalhadores foi notória sendo que os "bóias-frias" que habitavam as favelas periféricas eram na maioria originários de outras regiões, enquanto que os nativos passaram a atuar nos serviços urbanos, seja no próprio município ou em outras cidades.

A década de 80 apresenta contudo uma certa mudança nesse ritmo. Tendo permanecido estagnada a expansão dos serviços urbanos no município, as famílias de ex-proprietários ocupantes dos bairros periféricos passaram a trabalhar como "bóias-frias", o mesmo ocorrendo com uma leva de desempregados dos serviços urbanos. A crise dos anos 80 não atingiu de forma frontal os segmentos sociais mais ricos, uma vez que tradicionalmente reconvertem áreas de lavouras para pecuária, nas crises conjunturais da produção de feijão. Para tanto, apenas postergam as reformas de pastagens. A pecuarização de áreas anteriormente plantadas com feijão atingiram predominantemente os parceiros. A persistência de uma crise prolongada fez com que se acumulassem dívidas bancárias e inúmeras propriedades foram vendidas para saldá-las. A produção de feijão gerara uma situação de endividamento insustentável para inúmeros proprietários e muitos deles deixaram a atividade.

No campo, um número significativo de familiares de proprietários de áreas médias trabalham em propriedades maiores elevando com isso a renda familiar das pessoas que saem e passam a operar como "bóias-frias". Muitas delas são filhos que se casam e não podem ficar na casa dos pais. Essa limitação da área disponível tem produzido, no caso de Itaberá, um nível de êxodo rural maior que a própria



concentração fundiária via absorção de propriedades, atingindo, portanto, para um conjunto de agricultores de menor porte, o limite da reprodução para toda a família de suas próprias condições de vida. Por não terem acesso à educação formal e não contarem com o aumento da extensão das terras agricultáveis, os filhos dessa camada estão condenados a operarem como mão-de-obra desqualificada.

Por todo esse conjunto de características tem-se na produção de alimentos o mesmo desempenho concentrador e excludente da agricultura exportadora, pois enfim, a lógica do modo de produção capitalista é eminentemente de formação de grandes empresas em todos os segmentos, ainda que com particularidades nas diferentes atividades. A generalização do padrão técnico da produção de feijão das propriedades de mais elevado rendimento agrícola produziria um aprofundamento da desigualdade da propriedade da terra. Nesse contexto portanto, as políticas públicas de modernização podem se constituir em regressivas do ponto de vista distributivo, caso não contemplem a heterogeneidade existente.

#### LITERATURA CITADA

- CAMARA, Lourival. A Concentração da propriedade agrária no Brasil. **Boletim Geográfico**, RJ, 7 (77):516-528, 1949.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, 90 ed., São Paulo, Nacional, 1969.
- GEBARA, José J. **A estrutura agrária do município de Sertãozinho**, São Paulo, FGV/EAESP, 1976. (Dissertação de Mestrado)
- GONÇALVES, José S. Estado e progresso tecnológico: os resultados da pesquisa agropecuária paulista e a acumulação de capital. **Agricultura em São Paulo**, SP 37(2):1-73, 1990.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa agropecuária e difusão de tecnologia para produtos alimentares: o desempenho técnico da produção de feijão em Itaberá, SP. **Agricultura em São Paulo**, SP, 40(1): 119-138, 1993a.
- \_\_\_\_\_. Progresso técnico e produção de alimentos: a disparidade tecnológica na cultura do feijão em Itaberá, SP. **Agricultura em São Paulo**, SP, 40(1):101-118, 1993b.
- GONÇALVES, JOSÉ S. & SOUZA, Sueli A.M. Contribuição à análise regional: transformações da agricultura do sudoeste do Estado de São Paulo, 1960-85. **Agricultura em São Paulo**, SP, 40(1):45-63, 1993.
- \_\_\_\_\_. et alii. Produção de alimentos: o caso do arroz em São Paulo. **Agricultura em São Paulo** 36(2):171-199, 1989.
- HOFFMAN, Rodolfo. **Contribuição à análise da distribuição da renda e da posse da terra no Brasil**. Piracicaba, ESALQ, 1967. 161p. (Dissertação de Mestrado).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, Rio de Janeiro, IBGE, 1957.
- ROMÃO, Devancyr A. **Do auto-consumo à produção capitalista: a evolução da produção de feijão no Estado de São Paulo**. Campinas, UNICAMP/IFCH, 1986. 198p. (Dissertação de Mestrado).
- Agricultura em São Paulo, SP, 40 (1):139-155, 1993.